

**Intervenção do Deputado Vasco Cordeiro
na Interpelação ao Governo sobre
o Memorando de Entendimento entre o Governo da República e
o Governo dos Açores**

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Mais uma vez, o Partido Socialista suscita neste Plenário o debate de uma matéria que é do interesse de todos os Açorianos ver cabalmente esclarecida em toda a sua extensão, em todos os seus efeitos e em todas as suas implicações.

Fá-lo no seguimento da comunicação que, por iniciativa do Governo dos Açores, foi feita a este Parlamento dos exactos termos do Memorando de Entendimento entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Fá-lo, posto de outra forma, porque quem não deve não teme e o Partido Socialista não tem medo, nem dos termos do Memorando de Entendimento, nem da realidade que lhe subjaz e que é

descrita no Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, datado de Julho deste ano.

Eis, pois, o primeiro facto que gostaria de relevar na análise deste assunto: o mesmo chega a esta Assembleia pelas mãos do Partido Socialista dos Açores, porque, prezando a Verdade, valoriza a Autonomia, e porque, prezando a Verdade e valorizando a Autonomia, estamos melhor defendidos nestes tempos desafiantes em que vivemos.

Em segundo lugar, interessa tornar claro o que entende o Partido Socialista dever ser, mais uma vez, clarificado e esclarecido, agora perante as Senhoras e os Senhores Deputados e, por vosso intermédio, perante o Povo Açoriano.

O que está hoje aqui em análise não é, apenas, os termos formais desse Memorando de Entendimento.

O que queremos também debater, o que queremos também que os Açorianos conheçam, é a realidade em que se alicerça este Memorando.

É a realidade da situação financeira da nossa Região, bem como as implicações que este Memorando tem para o nosso Presente e para o nosso Futuro.

Muito tem sido dito, e mais ainda tem sido insinuado, quanto às motivações do Memorando de Entendimento.

Aqui estamos, pois, olhos nos olhos com os Açorianos, para informar e para esclarecer, pois só assim é que a Política deve ser exercida.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Memorando de Entendimento entre o Governo da República e o Governo dos Açores não é, ao contrário do que alguns tentam desesperadamente fazer crer, um resgate à nossa Região.

E não o é, porque, nem a nossa Região está ou esteve numa situação em que tenha a necessidade de recorrer a esse instrumento, nem o conteúdo do mesmo permite enveredar com

racionalidade, com coerência e com verdade pela defesa de tal afirmação.

Sabemos bem porque razão os Açores não tiveram necessidade de recorrer a qualquer resgate.

Sabemo-lo, entre outros motivos, porque é o próprio Governo da República que o diz, através do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, ao afirmar que, pese embora e apesar dos alertas para algumas situações, como é o caso da Saúde, *“A situação financeira e orçamental da administração regional dos Açores não parece comportar riscos que impliquem apoios significativos do Governo da República para satisfazer os compromissos que foi assumindo ao longo dos últimos anos, (quer) com instituições financeiras (através da contratação empréstimos e/ou outras formas de crédito).*

Mas este Memorando de Entendimento também não é um resgate porque nós conhecemos o que é um resgate e este não é resgate nenhum.

Basta olhar para aquilo que está a acontecer na Região Autónoma da Madeira para percebermos que este documento e o seu

conteúdo são mais um acerto de intenções, uma carta de entendimentos entre 2 Governos do que a imposição de obrigações de um credor a um resgatado.

Ao contrário do que acontece na Região Autónoma da Madeira, que foi obrigada a aumentar os impostos, no nosso caso mantém-se intocada esta conquista da Autonomia a favor dos Açorianos que é termos impostos mais baixos do que no Continente e na Madeira.

Ao contrário do que acontece na Madeira, no caso dos Açores, mantém-se intocada esta conquista da Autonomia a favor dos Açorianos que é a existência de combustíveis mais baratos do que no Continente e na Madeira.

Ao contrário do que acontece na Madeira, no nosso caso, mantêm-se intocadas estas conquistas da Autonomia a favor dos Açorianos que são o Complemento Regional de Pensão, o Complemento Açoriano de Abono de Família para Crianças e Jovens, bem como o Apoio à Aquisição de Medicamentos para Idosos.

É por isso que afirmamos e reafirmamos que este Memorando de Entendimento defende e fortalece a Autonomia dos Açores.

Defende-a porque defende as medidas que essa mesma Autonomia criou em benefício das Açorianas e Açorianos.

Fortalece-a porque, nesta conjuntura de ajuda externa e obrigações ao nosso País, concretiza a forma como aqui na nossa Região se alcançam os objectivos a que Portugal se comprometeu com a *Troika*, não pondo em risco os poderes dos nosso órgãos de governo próprio.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Os que não se conformam, os que não conseguem aceitar que os Açores não necessitaram de um resgate porque gerem as suas finanças públicas melhor do que a Madeira e do que o Governo da República, os que, teimosamente, não querem aceitar que tenha sido possível ao Governo do Partido Socialista conseguir este Memorando, agitam agora o fantasma de que nossa Autonomia está em perigo.

E isto porque é estabelecido o procedimento de dar conhecimento prévio ao Governo da República das propostas de Plano e Orçamento regionais.

Mas, mais uma vez, estamos perante uma manobra de diversão política que pretende disfarçar o indisfarçável:

Os que profetizaram, apregoaram e apostaram que as nossas finanças públicas estavam à beira do colapso, foram desmentidos pelo Governo da República através do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças.

Os que esperavam secretamente que a austeridade nacional se abatesse com toda a sua fúria sobre as famílias e as empresas açorianas, foram desmentidos por um Memorando de Entendimento com o Governo da República que traz menos austeridade para os Açores do que aquela que se vive na Madeira e no Continente.

Os que agora querem ver a Autonomia em perigo também são desmentidos por aquilo que está escrito, pelo contexto e pelo enquadramento legal do Memorando de Entendimento.

Desmentido por aquilo que está escrito porque, ao contrário do que não têm vergonha em afirmar, as propostas de Plano e Orçamento dos Açores não vão a qualquer “visto prévio” do Ministério das Finanças. Esses documentos são enviados para conhecimento e apreciação técnica que aferirá se os mesmos concretizam uma situação orçamental próxima do equilíbrio.

E, já agora, importa tornar claro que é absolutamente essencial que conste o termo “apreciação técnica”, pois este defende os poderes da nossa Autonomia, uma vez que circunscreve e limita os critérios pelos quais esses documentos são olhados.

Nada mais claro do que um exemplo concreto:

Não havendo esse termo “apreciação técnica”, numa situação de, por exemplo, aumento do Complemento Regional de Pensão para os nossos idosos, o Governo da República poderia fazer uma apreciação política dessa decisão. E nós bem sabemos o que poderia resultar daí...

Assim como está escrito, a questão residirá apenas em saber se essa medida afecta a tal situação orçamental próxima do equilíbrio.

Mas os que vêm aqui um ataque à nossa Autonomia são também desmentidos pelo enquadramento legal que norteia o relacionamento entre a Região e a República.

Com efeito, tudo aquilo que agora se prevê, e até a própria existência do Memorando, encontra fundamento na Lei de Finanças das Regiões Autónomas e, até, no Estatuto Político-Administrativo.

E até agora não constou que, quer um, quer outro, tenham normas que constituem ataques à Autonomia.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O mérito deste Memorando e o mérito que o Relatório da IGF atesta quanto à gestão das nossas finanças públicas não significa que estejamos imunes à conjuntura nacional e aos efeitos das medidas de austeridade que vêm do Continente.

É um facto que as famílias e as empresas açorianas sentem dificuldades, que os tempos que vivemos nos colocam grandes desafios, desde logo, a criação de emprego, a ajuda às famílias e o apoio às empresas.

Mas o facto é que este memorando significa que, para nós, garantir uma boa situação das finanças públicas não se faz sacrificando a Autonomia e os benefícios que dela resultam para as Açorianas e para os Açorianos.

E em relação a isso há quem fique satisfeito e há quem fique insatisfeito.

O Partido Socialista está, convicta e orgulhosamente, no primeiro grupo ao lado da esmagadora maioria dos Açorianos.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 4 de Setembro de 2012

Vasco Cordeiro